



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 26/XV/1.^a SL

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 15 horas e 5 minutos, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 – Apreciação e votação das atas n.ºs 22, 23, 24 e 25/XV/1.^a, correspondentes às reuniões de 29 de novembro e 13, 14 e 21 de dezembro de 2022;

2 – Informação de baixa à Comissão da seguinte iniciativa: Projeto de Resolução n.º 339/XV/1.^a (BE) - [Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975](#);

3 - Discussão e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - [Programa de Trabalho da Comissão 2023 - «Uma União firme e unida» \[COM\(2022\)548\]](#);

Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)

4 – Apreciação do parecer sobre a Informação do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional, em resposta ao pedido de informação da Comissão sobre a sequência política dada pelo Governo à Resolução da AR n.º 56/2021, de 2 de fevereiro - «*Recomenda ao Governo o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 201/2019, de 18 de setembro, no sentido da elaboração de um estudo sobre a forma como podem ser atribuídos os benefícios constantes na Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, aos ex-militares do recrutamento local sem registos de carreira contributiva*», bem como sobre o estado da concretização da regulamentação relativa às Leis n.ºs 28/2013, de 12 de abril - *Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional* – artigo 17.º (Taxas); e 46/2020, de 20 de agosto - *Aprova o Estatuto do Antigo Combatente* – Artigo 21.º (Repatriamento dos corpos dos antigos combatentes sepultados no estrangeiro);

Relator: Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS)

5 – Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição da Ministra da Defesa Nacional e do Diretor do Hospital das Forças Armadas sobre a atual situação do Hospital das Forças Armadas;



Comissão de Defesa Nacional

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior do Exército no seguimento de notícia publicada sobre as circunstâncias alegadamente vivenciadas por uma mulher durante a recruta no Regimento de Apoio Militar de Emergência;
- 6 - Apreciação dos Relatórios elaborados pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional sobre:
 - Envolvimento de contingentes militares portugueses no exterior – 1.º semestre de 2022, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto;
 - Envolvimento de militares portugueses no exterior no 3.º trimestre de 2022;
- 7 - Apreciação do Relatório de Execução Orçamental de 2021 das Forças Nacionais Destacadas;
- 8 – Outros assuntos.

1 – Apreciação e votação das atas n.ºs 22, 23, 24 e 25/XV/1.ª, correspondentes às reuniões de 29 de novembro e 13, 14 e 21 de dezembro de 2022

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, as atas n.ºs 22, 23, 24 e 25/XV/1.ª, correspondentes às reuniões de 29 de novembro e 13, 14 e 21 de dezembro de 2022.

2 – Informação de baixa à Comissão da seguinte iniciativa: Projeto de Resolução n.º 339/XV/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975

O Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar do BE, autor da iniciativa, optou por fazer a discussão do Projeto de Resolução em Plenário, tendo já a Conferência de Líderes, reunida a 4 de janeiro, agendado a respetiva discussão para o dia 26 de janeiro de 2023.

3 - Discussão e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao



Comissão de Defesa Nacional

Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão 2023 - «Uma União firme e unida» [COM(2022)548]

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, por não se encontrar presente na sala de reuniões o Deputado relator, este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para mais tarde.

4 - Apreciação do parecer sobre a Informação do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional, em resposta ao pedido de informação da Comissão sobre a sequência política dada pelo Governo à Resolução da AR n.º 56/2021, de 2 de fevereiro, bem como sobre o estado da concretização da regulamentação relativa às Leis n.ºs 28/2013, de 12 de abril, e 46/2020, de 20 de agosto

A solicitação do Grupo Parlamentar do PS, procedeu-se ao adiamento da apreciação do relatório supra identificado para uma próxima reunião da Comissão.

5 – Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com carácter de urgência, da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior do Exército no seguimento de notícia publicada sobre as circunstâncias alegadamente vivenciadas por uma mulher durante a recruta no Regimento de Apoio Militar de Emergência

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) apresentou o [requerimento](#) e explicou o contexto e a motivação do mesmo, acrescentando que a Ministra da Defesa Nacional também já se pronunciara sobre o assunto. No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Diogo Leão (PS) e a Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL).

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) considerou não fazer sentido e ser escusado discutir esse tema na Comissão, uma vez que já estava a ser tratado em sede própria, através da instauração de um processo de averiguações e de três processos disciplinares, em que foram ouvidos os instruendos.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD iria acompanhar o requerimento apresentado pela IL e que a preocupação



Comissão de Defesa Nacional

manifestada pela Ministra da Defesa Nacional, na sua nota à comunicação social, era motivo mais do que suficiente para se realizar a audição requerida, uma vez que estavam causa «práticas violentas em atividades de formação de praças» no exército, mais concretamente no Regimento de Apoio Militar de Emergência.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) reconheceu tratar-se de matéria sensível e com gravidade, acompanhando também as preocupações manifestadas. Recordou que a Ministra da Defesa Nacional reagiu prontamente aos alegados factos que foram reportados, abrindo um processo de averiguações urgente, para além dos processos disciplinares já instaurados pelo próprio exército. Concluiu dizendo que deveriam ser obtidos esclarecimentos por parte do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), em primeiro lugar, e da Ministra da Defesa Nacional, em segundo lugar, mas contestou o carácter de urgência na realização dessas audições, por entender que antes deviam ser apurados os factos e aprofundada a informação sobre o sucedido, tendo a Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) retorquido que concordava com a ordem das audições proposta e sugeriu que as mesmas decorressem à porta fechada, dada a sensibilidade do tema. Esclareceu que a urgência era motivada pela gravidade dos factos, mas que acolhia a sugestão de as audições serem realizadas quando fossem recolhidas mais informações e apurados os factos, aguardando-se um período de tempo razoável.

O Senhor Presidente referiu que, estando em causa uma matéria sensível, de cariz essencialmente disciplinar e relacionada com o modo como estavam organizados os processos formativos, e estando a decorrer processos de averiguações e disciplinares, entendia que era prematuro realizar as audições, pelo que sugeriu que, em vez de se votar as audições requeridas, fosse solicitado o envio à Comissão das conclusões do processos de averiguações e dos processos disciplinares, com proteção dos dados pessoais, para que então, na posse desses elementos, pudesse ser feita uma avaliação sobre se se justificaria, ou não, a vinda da Ministra e do CEME, já que, no imediato, essa seria uma diligência inútil.

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) reiterou a necessidade da vinda ao Parlamento da Ministra da Defesa Nacional e do CEME para apresentar as suas explicações, pelo que declarou não prescindir das audições requeridas, mas aceitou retirar o carácter de urgência na realização das mesmas, a fim de ser possível obter mais elementos, mais



Comissão de Defesa Nacional

factos e mais informação sobre o sucedido, tendo o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) questionado se a requerente concordava com a realização das audições após a conclusão das averiguações em curso. A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) respondeu que concordava em aguardar o apuramento de factos cabais e suficientes, mas sem que tal significasse aguardar demasiado tempo.

No final, retirado o carácter de urgência na realização das audiências, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH.

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, a discussão do requerimento apresentado por este, para audição da Ministra da Defesa Nacional e do Diretor do Hospital das Forças Armadas sobre a atual situação do Hospital das Forças Armadas, foi adiada para o final da reunião.

3 - Discussão e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão 2023 - «Uma União firme e unida» [COM(2022)548]

Retomado o terceiro ponto da ordem de trabalhos, no âmbito do escrutínio do [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023](#), visando a análise das iniciativas que suscitem particular interesse para o acompanhamento pela Comissão de Defesa Nacional, procedeu-se à discussão do respetivo relatório, que foi apresentado Senhor Deputado relator Ivan Gonçalves (PS). Após as intervenções das Senhoras Deputadas Cristiana Ferreira (PSD) e Patrícia Gilvaz (IL) e do Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH), que agradeceram a apresentação objetiva, sucinta e clara feita pelo relator, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

6 - Apreciação dos Relatórios elaborados pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional sobre o envolvimento de contingentes militares portugueses no exterior – 1.º semestre de 2022, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto; e sobre o envolvimento de militares portugueses no exterior no 3.º trimestre de 2022



Comissão de Defesa Nacional

Sobre os dois relatórios em apreço e que se referem a 9 dos 12 meses de 2022, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS), que destacou que Portugal participou, em média, com mais de 700 elementos em missões internacionais, nos quadros da ONU, da Nato, da UE e no âmbito bilateral e multilateral, elementos que representavam o país e atuavam em múltiplas geografias, com prevalência na República Centro Africana, em Moçambique, no Golfo de Ádem e, sobretudo, no Leste Europeu, esta última compreendendo cerca de 40% do empenho militar português e que, no quadro da agressão russa à Ucrânia e da cooperação Atlântica, assumia uma especial relevância. Acrescentou que esse empenho das Forças Armadas como um todo era importante, não só pelos motivos que se prendiam com compromissos internacionais, como pela abrangência da participação dos diversos ramos: Exército, Armada e Força Aérea. Terminou dizendo que se afigurava como muito positivo o forte compromisso de Portugal nesses cenários nos primeiros 9 meses de 2022.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) interveio para deixar algumas notas da leitura e análise dos dois relatórios: referiu, em primeiro lugar, que nos períodos em apreço, em média, o número de militares empenhados no exterior ficava ligeiramente abaixo da verificada em 2021; e, em segundo lugar, que a maioria desses militares esteve afeta à NATO, circunstância que, tal como fora referenciado, era resultado do reforço da NATO no flanco este europeu, sobretudo por força da invasão da Ucrânia pela Rússia, o que levou a uma maior mobilização nesse espaço territorial, sendo de antever – acrescentou - que essa presença se viesse a prolongar no tempo e, até, a assumir um carácter permanente. Nesse contexto, referiu que o PSD não contestava as conclusões e as recomendações que constavam do relatório, no sentido de que a participação de Portugal nessa tipologia de missões da NATO deveria constituir uma prioridade, em termos futuros, das forças nacionais destacadas (FND), a que acresciam as já desempenhadas no continente africano. A finalizar, realçou a importância das FND enquanto fator de afirmação de Portugal no mundo e na defesa dos interesses estratégicos de Portugal junto dos seus aliados e enquanto importante fator de política externa, mas também como uma componente fundamental da operação das Forças Armadas ao serviço da paz e do sistema democrático.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) enalteceu as Forças Armadas portuguesas pela forma como tinham contribuído para a paz nos diversos países onde estavam presentes e expressou o seu agradecimento a todos os homens e a todas as mulheres que, por esse mundo fora, dignificaram as Forças Armadas portuguesas.

7 - Apreciação do Relatório de Execução Orçamental de 2021 das Forças Nacionais Destacadas

O Senhor Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS) interveio para, de forma sumária, destacar o forte empenho das forças nacionais destacadas (FND) nos múltiplos cenários, realçando de forma particular o comando português da European Union Training Mission em Moçambique, que foi uma das mais relevantes ferramentas europeias para uma tentativa de estabilização perante a crise de Cabo Delgado em 2021 e que devia ser, por isso, saudada e valorizada. Sobre a componente mais numérica do relatório, sublinhou a existência de uma dotação inicial de cerca de 65 milhões de euros, a que acresceram 6 milhões de euros proveniente dos reembolsos da ONU (a esse propósito, sinalizou uma gralha existente no relatório, em que se referia 8 milhões, em vez dos 6 milhões de euros), que se deviam à participação nas missões na República Centro Africana e no Mali. Explicitou, portanto, que o orçamento, no seu conjunto, foi superior a 71 milhões de euros, o que permitiu um reforço das capacidades militares nos diferentes ramos, destacando ainda, por fim, o facto de a taxa de execução ser superior a 90% nos ramos e, globalmente, superior a 96%.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) usou da palavra salientando dois aspetos: por um lado, o facto de ter havido necessidade de se fazer um acréscimo à dotação orçamental para permitir o cumprimento dos compromissos internacionais e, por outro lado, o facto de, no Orçamento para 2022, estar prevista uma verba igual à que foi gasta em 2021, sem ter em conta a situação de guerra que se vive na Ucrânia.

5 - Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição da Ministra da Defesa Nacional e do Diretor do Hospital das Forças Armadas sobre a atual situação do Hospital das Forças Armadas



Comissão de Defesa Nacional

Retomado o ponto 5 da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Dias (PCP) apresentou o [requerimento](#) e explicou o contexto e a motivação do mesmo. No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Diogo Leão (PS) e João Dias (PCP).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) declarou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanhava o requerimento apresentado pelo PCP por entender que fazia todo o sentido realizar uma audição cingida a essa matéria.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) disse não pôr em causa a substância dos argumentos trazidos, em nome do bom funcionamento dos serviços de saúde da família militar, mas recordou que a Ministra da Defesa Nacional fizera já um comunicado, em que deu conta de estarem e ser tomadas providências no sentido de resolver essa situação, designadamente através da abertura de procedimentos concursais. Acrescentou igualmente que, tal como sucedera num requerimento anterior apresentado pelo PCP, sobre o processo de revisão do RAMMFA, o Grupo Parlamentar do PS entendia que se justificava ouvir o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), e não o Diretor do Hospital das Forças Armadas. Com efeito, esclareceu que a Comissão não tinha por hábito ou prática ouvir os diretores e comandantes de unidades ou organismos militares e que esse seria um péssimo caminho. Nesse sentido, apelou ao Grupo Parlamentar do PCP que se conformasse com essa prática de ouvir quem era verdadeiramente responsável, ou seja, o CEMGFA.

No mesmo sentido, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira referiu que, realmente, não havia essa prática de ouvir diretores e comandantes de unidades ou organismos militares e concordou com a proposta de se ouvir o CEMGFA, em alternativa. No final, reforçou a necessidade e a importância de ser feita uma audição em torno dessa matéria.

Posto isto, o Senhor Presidente questionou o requerente se aceitava substituir a audição do Diretor do Hospital das Forças Armadas pela audição do CEMGFA, tendo o Senhor Deputado João Dias (PCP) contra-argumentado que havia elementos relacionados com questões de execução e operacionalidade que apenas poderiam ser esclarecidos com a audição do Diretor do Hospital – e acrescentou que tal não desvalorizava o papel da



Comissão de Defesa Nacional

Comissão. Contudo, concordou que, num primeiro momento, fossem ouvidos o CEMGFA e a Ministra da Defesa Nacional, sem deixar de dizer que depois, num segundo momento, se deveria ouvir o Diretor do Hospital das Forças Armadas.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) retorquiu que o CEMGFA far-se-ia acompanhar por quem entendesse na audição para o apoiar e que, após a realização dessa audição, poderiam não subsistir dúvidas. E insistiu que não deveria ser quebrado um princípio muito estável e do mais elementar bom senso.

No final, e em resultado da discussão, foi submetido a votação o requerimento para audição do CEMGFA (em vez do Diretor do Hospital das Forças Armadas) e da Ministra da Defesa Nacional, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do BE.

8 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu nota dos trabalhos da Comissão agendados para a semana seguinte, nos dias 17 e 18 de janeiro, designadamente a visita de trabalho à OGMA e a realização da audição conjunta com as associações profissionais de militares, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, colocando à consideração e aprovação dos Senhores Deputados a adoção de uma grelha de tempos de intervenção adaptada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Adão Silva (PSD)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Sara Velez (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisco César (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Ricardo Lino (PS)
Olga Silvestre (PSD)